

Desafios éticos na pesquisa com estudantes com deficiência: percepções de docentes do Ensino Superior

Lisiane Dias Alves

Universidade Franciscana (Brasil)

Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as percepções de docentes do Ensino Superior acerca dos desafios éticos na condução de pesquisas com estudantes com deficiência. A análise fundamenta-se na compreensão da ética em pesquisa como elemento estruturante da produção do conhecimento científico, orientada pelos princípios de proteção, autonomia, justiça e respeito à diversidade, especialmente diante de participantes em situação de vulnerabilidade. A pesquisa, de abordagem qualitativa foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário *online* a professores atuantes em diferentes áreas do conhecimento. Os resultados evidenciam que, embora os docentes reconheçam a importância desses princípios, ainda persistem lacunas na formação e dificuldades na aplicação prática, sobretudo quanto à proteção de participantes vulneráveis, além de desafios institucionais e operacionais que impactam a condução ética das pesquisas. Conclui-se que a ética constitui fundamento da pesquisa e da promoção da inclusão no Ensino Superior, demandando investimentos na formação docente e no fortalecimento das práticas institucionais.

Palavras-chave: Ética em pesquisa. Ensino superior. Estudantes com deficiência. Formação docente.

Ethical challenges in research involving students with disabilities: perceptions of higher education faculty

Abstract

This article aims to analyze higher education faculty professors perceptions of the ethical challenges involved in conducting research with students with disabilities. The analysis is grounded in an understanding of research ethics as a foundational element of scientific knowledge production, guided by the principles of protection, autonomy, justice, and respect for diversity, especially when dealing with participants in situations of vulnerability. This qualitative study was conducted through the administration of an online questionnaire to faculty professors working in fields of knowledge. The results indicate that, although professors recognize the importance of these ethical principles, gaps in formation and difficulties in practical application persist, particularly regarding the protection of vulnerable participants, in addition to institutional and operational challenges that impact the ethical conduct of research. It is concluded that research ethics constitutes a cornerstone of research and the promotion of inclusion in higher education, requiring investments in professor formation and the strengthening of institutional practices.

Keywords: Research ethics. Higher education. Students with disabilities. Professor formation.

Desafíos éticos en la investigación con estudiantes con discapacidad: percepciones del profesorado de Educación Superior

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las percepciones del profesorado de Educación Superior acerca de los desafíos éticos en la realización de investigaciones con estudiantes con discapacidad. El análisis se fundamenta en la comprensión de la ética en la investigación como elemento estructurante de la producción del conocimiento científico, orientado por los principios de protección, autonomía, justicia y respeto por la diversidad, especialmente cuando

se trata de participantes en situación de vulnerabilidad. La investigación, de enfoque cualitativo, se desarrolló mediante la aplicación de un cuestionario en línea dirigido a docentes que ejercen en diferentes áreas del conocimiento. Los resultados evidencian que, aunque los docentes reconocen la importancia de estos principios, aún persisten lagunas en la formación y dificultades en la aplicación práctica, sobre todo en lo que respecta a la protección de los participantes vulnerables, además de desafíos institucionales y operativos que afectan la conducción ética de las investigaciones. Se concluye que la ética constituye la base de la investigación y de la promoción de la inclusión en la Educación Superior, lo que exige inversiones en la formación del profesorado y en el fortalecimiento de las prácticas institucionales.

Palabras clave: Ética en la investigación. Educación Superior. Estudiantes con discapacidad. Formación del profesorado.

Introdução

A ampliação do acesso de estudantes com deficiência ao Ensino Superior brasileiro, impulsionada por políticas públicas inclusivas, tem provocado transformações significativas no cenário educacional contemporâneo. No entanto, o ingresso desses sujeitos nas instituições de ensino não garante, por si só, a efetivação de práticas inclusivas, tampouco assegura que os processos acadêmicos, incluindo a pesquisa científica, sejam conduzidos de maneira ética, equitativa e sensível às especificidades desse estudante.

Nesse contexto, a relação entre ética e inclusão emerge como um campo de investigação necessário, sobretudo quando se consideram as condições de vulnerabilidade que podem marcar a participação de estudantes com deficiência em pesquisas científicas.

Nessa perspectiva, a dimensão ética da inclusão não se limita à proteção do participante diante de possíveis riscos, mas envolve o reconhecimento de sua condição de sujeito no processo de produção do conhecimento. Essa compreensão aproxima-se da perspectiva de Freire (1996) para quem o respeito à autonomia e à dignidade do sujeito constitui uma exigência ética da prática educativa.

A ética em pesquisa com seres humanos configura-se como um dos pilares fundamentais na produção do conhecimento científico, orientando aprendizados que assegurem a dignidade, os direitos e o bem-estar dos participantes. No contexto brasileiro, esse campo é regulamentado por diretrizes normativas consolidadas – como a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS) – que estabelecem princípios éticos aplicáveis às pesquisas nas áreas Biomédicas e das Ciências Humanas e Sociais.

Mais recentemente, a promulgação da Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, instituiu o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, introduzindo novas diretrizes para a regulação, a avaliação e o monitoramento das pesquisas no país, ao mesmo tempo em que suscita debates acerca de seus impactos na proteção dos participantes (Pyrrho; Barcellos; Cambraia, 2025). Nesse contexto, tais normativas assumem relevância ainda maior quando aplicadas a grupos historicamente marginalizados como as pessoas com deficiência, cuja participação em pesquisas demanda uma atenção ética ampliada, especialmente diante de contextos de vulnerabilidade e possíveis assimetrias de poder.

A consideração da vulnerabilidade, contudo, não deve conduzir à redução dos participantes à condição de sujeitos passivos ou incapazes de decidir. A perspectiva de Freire (1996) permite compreender a relação educativa como espaço de reconhecimento do outro enquanto sujeito, o que, no campo da pesquisa, exige articular proteção e autonomia, evitando que medidas protetivas se convertam em práticas de exclusão.

É nesse cenário que se destaca a atuação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), órgãos colegiados vinculados às instituições de Ensino Superior, que desempenham um papel consultivo e deliberativo, conduzindo a análise da pesquisa e o monitoramento de sua execução, assegurando que os estudos estejam em conformidade com os princípios éticos, especialmente no que se refere à proteção do participante da pesquisa (Brasil, 2024).

Conforme discutem Barbosa e Veras (2020), a consolidação dos CEPs no Brasil está diretamente relacionada à necessidade histórica de proteção dos sujeitos, sobretudo aqueles em situação de maior vulnerabilidade,

reforçando o compromisso por meio do princípio da dignidade, autonomia e justiça. Nessa perspectiva, exige-se do pesquisador uma postura ética rigorosa, orientada pela equidade e pelo respeito à diversidade, de modo que o interesse e a proteção dos participantes não sejam negligenciados ao longo de todas as etapas da pesquisa.

Paralelamente, o avanço das discussões sobre Educação Especial na perspectiva inclusiva tem evidenciado a necessidade de repensar práticas pedagógicas, institucionais e investigativas no âmbito do Ensino Superior. A inclusão, compreendida como um processo que visa assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em condições de igualdade de oportunidades, demanda também uma revisão crítica das formas de produção, validação e disseminação do conhecimento. Nesse sentido, a pesquisa científica não pode ser dissociada de uma postura ética comprometida com a valorização da diversidade, o respeito às singularidades e a promoção da justiça social (Unesco, 2006).

Apesar da consolidação de diretrizes normativas e do crescimento das pesquisas sobre inclusão educacional, observa-se que as discussões sobre a dimensão ética na condução de estudos envolvendo estudantes com deficiência ainda são incipientes ou pouco aprofundadas na literatura. Tal lacuna torna-se mais evidente quando se considera o papel dos docentes do Ensino Superior, que frequentemente atuam como pesquisadores e orientadores, sendo responsáveis diretos pela condução de investigações acadêmicas. Como ressalta Gatti (2012), a pesquisa educacional exige rigor metodológico aliado a uma postura ética consistente, especialmente quando envolve sujeitos em contextos concretos e complexos.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de contribuir para o aprofundamento das discussões sobre ética e inclusão no Ensino Superior, evidenciando a necessidade de fortalecimento da formação docente para a pesquisa e de consolidação de práticas investigativas comprometidas com os princípios éticos.

Considerando o exposto, surge a seguinte questão: como docentes do Ensino Superior percebem e enfrentam os desafios éticos na realização de pesquisas envolvendo estudantes com deficiência?

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar as percepções de docentes do Ensino Superior acerca dos desafios éticos na condução de pesquisas com estudantes com deficiência.

Percurso metodológico

Este estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, compreendida como um conjunto de práticas materiais e interpretativas voltado a compreender os significados e o contexto social dos fenômenos (Denzin; Lincoln, 2018). Como estratégia de coleta de dados, utilizou-se um questionário *online* elaborado na plataforma Google Forms, disponibilizado via *link* aos professores que aceitaram o convite.

Os participantes incluídos no estudo são professores do Ensino Superior de diferentes áreas do conhecimento, atuantes no estado do Rio Grande do Sul. O convite foi individual, sendo encaminhado por e-mail, utilizando a técnica da Bola de Neve ou *Snowball*, que se utiliza de redes de referência. Segundo Vinuto (2014), a técnica é eficaz na seleção de participantes, além de garantir um panorama diversificado de dados, pois permite ao pesquisador contar com participantes de diferentes locais.

A amostra contemplou 31 docentes vinculados a diferentes categorias de Ensino Superior, 15 de instituições públicas federais, um de instituição pública estadual e 15 pertencentes ao setor privado, comunitário, filantrópico e confessional. Essa pluralidade institucional garantiu a inclusão de participantes inseridos em distintos contextos acadêmicos e organizacionais, ampliando as possibilidades de compreensão do fenômeno investigado a partir dessas diferentes realidades.

Quanto aos critérios de exclusão optou-se por professores que se encontravam em licença de qualquer natureza e não trabalhavam no momento da coleta de dados.

A seleção dos profissionais foi estratégica, visto que sua experiência e conhecimento prático no ambiente acadêmico são fundamentais para a compreensão dos conflitos éticos nas pesquisas e os desafios enfrentados pelos professores em relação à inclusão de pessoas com deficiência.

O acesso ao instrumento de coleta de dados foi condicionado à leitura e ao aceite formal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O fluxo da pesquisa foi estruturado de modo que o questionário permanecesse bloqueado até a manifestação explícita da concordância do participante, garantindo o cumprimento das diretrizes éticas e a autonomia dos participantes.

A compreensão das percepções docentes fundamentou-se na análise e interpretação do material empírico, conforme a perspectiva qualitativa de Minayo (2025), orientada à apreensão dos significados, sentidos e representações presentes nas manifestações dos participantes. O percurso analítico percorreu três etapas operacionais: (a) ordenação dos dados, com a organização e leitura do material coletado; (b) classificação, mediante agrupamento dos relatos por convergência de significados; e (c) análise final, articulando os achados empíricos ao referencial teórico.

A caracterização dos participantes (área de conhecimento e tempo de atuação no Ensino Superior) foi sistematizada de forma descritiva para contextualização da amostra. A partir da ordenação e compreensão do material empírico, emergiram dois eixos temáticos:

1) Percepções sobre a conduta ética e as vulnerabilidades nas pesquisas em Educação Especial Inclusiva: engloba as concepções dos docentes acerca dos limites éticos, das fragilidades metodológicas e dos impactos dos estudos na área;

2) Diretrizes de transparência, imparcialidade e respeito à diversidade: reúne os critérios e salvaguardas éticas apontados pelos professores como indispensáveis para garantir a integridade e a qualidade das pesquisas no Ensino Superior.

O estudo foi conduzido em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e com a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024, considerando que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção aos participantes. Previamente à sua realização, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Federal de Santa Maria, com o número do Parecer: 7.493.665, em 8 de abril de 2025.

Caracterização dos participantes

A caracterização da amostra contempla o mapeamento socioprofissional dos participantes da pesquisa, considerando suas áreas de formação e especialidade, bem como o tempo de experiência docente no Ensino Superior.

A amostra desta pesquisa é constituída por 31 docentes da Educação Superior do estado do Rio Grande do Sul. O grupo apresenta diversidade quanto às áreas de especialidade, às trajetórias profissionais e ao tempo de experiência na docência, evidenciando a heterogeneidade do perfil socio-profissional dos participantes.

A composição multiprofissional do grupo abrange docentes de diversas áreas do conhecimento, conforme a estratificação da Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação da CAPES (2025). O questionário foi estruturado de modo a permitir a identificação da grande área do conhecimento à qual o docente estava vinculado. Inicialmente, o participante deveria selecionar uma das grandes áreas utilizadas pela CAPES e, em seguida, indicar a área específica correspondente à sua formação.

Da área de *Ciências Humanas*, 9 participantes eram de faculdades de Educação. Ainda nessa mesma área de conhecimento, houve a adesão de 1 professor de cada um dos seguintes cursos: Sociologia, Filosofia, Psicologia e Geografia.

1 professor marcou a grande área *Multidisciplinar* e indicou Ensino como subárea, conforme a classificação adotada pela CAPES. Nessa classificação, Multidisciplinar integra a categoria de grande área, enquanto Ensino é apresentado como uma área específica vinculada a essa classificação.

Em relação à área de *Ciências da Saúde*, verificaram-se 5 professores do curso de Enfermagem. Já do curso de Odontologia houve 2 participantes. Nos cursos de Farmácia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional contamos com 1 professor de cada curso.

2 professores do curso de Letras foram os representantes da área de *Linguística, Letras e Artes*.

A área de *Ciências Sociais Aplicadas* contou com 1 participante do curso de Direito. Também responderam ao questionário 2 professores do

curso de Matemática e 1 professor de Química, os quais se inserem na área de *Ciências Exatas e da Terra*.

Na área das *Engenharias* contamos com 1 professor do curso de Engenharia de Transporte.

Quanto ao tempo de atuação no magistério do Ensino Superior, 23 participantes tinham mais de 10 anos de experiência. A experiência de 5 a 10 anos foi apontada por 5 participantes. Os períodos de experiência de 3 a 5 anos, de 1 a 3 anos e menos de um ano, contaram com 3 professores em cada um.

Observa-se a presença de professores com experiência consolidada, bem como docentes em início de carreira, o que contribui para a diversidade de percepções acerca da ética na pesquisa.

Essa diversidade de áreas e tempos de atuação na docência sugerem que as concepções sobre ética na pesquisa são influenciadas pelas trajetórias formativas e profissionais dos pesquisadores e pelos contextos em que atuam. Assim, a ética não se reduz a normas e procedimentos, mas constitui uma prática reflexiva, construída ao longo do processo investigativo e pelas relações entre pesquisador e participantes. Nessa perspectiva, Minayo (2021) destaca o caráter compreensivo, relacional e reflexivo da ética na pesquisa qualitativa, ressaltando que os desafios éticos emergem também das relações e dos dilemas vivenciados no contexto empírico.

9

Percepções sobre a Conduta ética e as vulnerabilidades nas pesquisas em Educação Especial Inclusiva

Entre os aspectos investigados, destacam-se aqueles relacionados à forma como os docentes conduzem e gerenciam suas pesquisas, com ênfase na observância dos princípios éticos e na qualidade das relações estabelecidas com os participantes.

Foram feitos dois questionamentos aos professores, o primeiro relaciona-se às principais fragilidades encontradas em pesquisas com pessoas com deficiência no Ensino Superior. Entre as alternativas apresentadas no

questionário, destacou-se a dificuldade na busca por literatura relevante, indicada por 10 professores.

Nas limitações relacionadas à coleta de dados e ao tamanho amostral insuficiente, 9 professores se manifestaram, expondo questões metodológicas e teóricas para o avanço das pesquisas. Nesse sentido,

[...] a busca pelos elementos constitutivos de uma amostra, em qualquer pesquisa, passa impreterivelmente pelo conhecimento estruturado da proposta teórico- metodológica do projeto de investigação. Isso pode soar como óbvio, mas enquanto o pesquisador não tem claros o recorte temático, os objetivos exequíveis, referenciais teóricos iniciais e instrumentos de coleta de dados adequados, qualquer movimento, no sentido de aventurar-se em campo, será fadado ao fracasso (Campos; Saidel, 2022, p. 417).

A dificuldade de acesso aos participantes da pesquisa também se mostrou expressiva, considerada por 8 professores. Tal constatação demonstra que estudos com a população com deficiência ainda enfrentam entraves significativos para estudos científicos, o que pode contribuir para um número reduzido de pesquisas.

Na opção *Outros*, relatos de alguns professores mostraram diferentes dificuldades enfrentadas na realização desse tipo de pesquisa. O relato do participante P24 faz uma crítica ao sistema de avaliação das pesquisas, destacando que

O fluxo dos comitês de ética [em pesquisa (CEP)] são muito demorados e desanimam o pesquisador, além do fato de que os CEP pensam na saúde e não no desenvolvimento, o que muitas vezes impedem a socialização de experiências ricas aos estudantes todos no coletivo (P24, 2025).

Em relação ao relato do P24, segundo a Lei nº 14.874, de 28 de maio de 2024 no Art. 14, "a análise ética de pesquisa, realizada pelo CEP, com emissão de parecer, não poderá ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias úteis da data de aceitação da integralidade dos documentos da pesquisa [...]". Nesse sentido, a Lei vai ao encontro da crítica apresentada, ao definir um prazo máximo para a emissão de pareceres pelos CEPs, buscando

minimizar a morosidade dos processos e, conseqüentemente, reduzir burocracias que impactam negativamente o andamento das pesquisas.

Outro fator relevante, mencionado por 5 professores, foi a falta de tempo para dedicação à pesquisa, reforçando a sobrecarga enfrentada pelos pesquisadores.

Por outro lado, 2 professores se referiram a aspectos éticos como dificuldades no processo de Consentimento Livre e Esclarecido. Conforme discute Hossne (2003), o processo de consentimento e esclarecimento é um momento que merece atenção dos pesquisadores, que, muitas vezes, o veem como uma peça burocrática e não como um instrumento de natureza ética, o qual vai explicitar a pesquisa aos participantes.

A opção do uso inadequado ou manipulação dos dados associado a conflitos de interesse pessoal ou financeiro foi apontada por 1 participante, demonstrando a necessidade de atenção permanente aos princípios de integridade científica e ética.

É fundamental salientar que essa questão requer maior cuidado dos comitês de ética, que orientam a avaliação de riscos, benefícios e possíveis interesses que possam comprometer a condução ética do estudo, de acordo com a Resolução nº 466/2012 (Brasil, 2012).

A alternativa do questionário referente à violação da privacidade ou confidencialidade dos dados não foi registrada por nenhum participante, indicando o cuidado às normas éticas na condução das pesquisas quanto ao tratamento de dados sensíveis, envolvendo estudantes com deficiência.

O *segundo* questionamento abordou os principais resultados de pesquisas em Educação Inclusiva, voltada para pessoas com deficiência no Ensino Superior.

O maior percentual de respostas foram duas, ambas citadas por 23 participantes. A primeira destaca que as pesquisas impulsionam melhorias nas práticas pedagógicas e na formação de professores. Esse resultado reconhece a relevância produção científica para o aprimoramento das metodologias de ensino e para a qualificação profissional na transformação das práticas educativas no contexto universitário. Para Martins e Romanowski (2023, p. 51) “[...] as investigações científicas são fundamentais e se articulam com a

educação em todas as disciplinas das ciências humanas, exatas, da saúde e das artes [...]”, também contribuindo para o fortalecimento da Educação Especial Inclusiva. Nesse contexto, as pesquisas favorecem o desenvolvimento de práticas pedagógicas e estratégias para auxiliarem os estudantes com deficiência.

A segunda resposta mais mencionada refere-se ao fato de que as pesquisas contribuem para a inclusão de estudantes da Educação Especial no Ensino Superior, abrangendo pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Esse dado demonstrou a relevância atribuída à investigação acadêmica como apoio para o acesso desses estudantes, corroborando estudos que evidenciam o papel da produção científica na promoção da inclusão na Educação Superior (Miguel; Rocha; Canto; Teixeira; Figueiredo, 2024).

Em seguida, a terceira resposta, 18 vezes mencionada pelos participantes, destacou a influência das pesquisas na formulação de políticas públicas e legislações na área da Educação Especial. Embora com percentual inferior aos dois primeiros, esse aspecto mostrou que parte dos docentes compreende a pesquisa científica como base para a consolidação de marcos legais, normativos e eficazes que sustentam a inclusão educacional no Ensino Superior. Esse entendimento considera que “[...] o conhecimento oriundo das reflexões e pesquisa na academia socializa-se não de imediato, mas em uma temporalidade histórica” (Gatti, 2001, p. 78), evidenciando seu papel na construção e consolidação de políticas públicas ao longo do tempo.

Conforme o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, no inciso VI, as políticas públicas contribuem para identificar e eliminar as barreiras que restrinjam ou impeçam o acesso, a permanência, a aprendizagem e a participação na educação superior, sendo fundamental que tais diretrizes sejam sustentadas por evidências produzidas no âmbito das pesquisas científicas.

Na sequência, a opção que apresentou menor adesão por parte dos docentes, apenas 4 participantes, refere-se à percepção de que as pesquisas não causam impacto significativo na realidade do Ensino Superior. Esse resultado, apesar de minoritário, constitui um alerta importante, pois

pode indicar desafios relacionados à efetividade, à aplicabilidade e à transferência do conhecimento produzido na academia para a efetivação da Educação Especial Inclusiva nas práticas universitárias voltadas às pessoas com deficiência.

Nesse sentido, a literatura aponta que a produção científica nem sempre se traduz de forma imediata em mudanças concretas, uma vez que sua incorporação depende de processos históricos, institucionais e políticos (Gatti, 2001). Além disso, no campo da inclusão no Ensino Superior, estudos confirmam que, embora haja avanços normativos e ampliação de pesquisas, ainda persistem lacunas entre o conhecimento produzido e sua efetiva implementação nas práticas acadêmicas (Miguel; Rocha; Canto; Teixeira; Figueiredo, 2024), o que pode configurar, inclusive, um desafio ético no que se refere à promoção de uma inclusão educacional efetiva e equitativa.

Por fim, a opção *Outros*, com apenas 1 docente, revelou uma especificidade do participante P24, o qual descreveu um distanciamento entre a legislação e as práticas pedagógicas no contexto do Ensino Superior. Segundo P24,

A legislação vem na contramão das práticas pedagógicas, pois os professores recebem os estudantes sem a mínima ficha histórica e, em poucos dias, precisam planejar e atender, não existindo qualidade (P24, 2025).

Tal posicionamento chama atenção para as limitações vivenciadas pelos docentes no atendimento imediato às demandas educacionais inclusivas. Para isso, a organização e o planejamento de práticas pedagógicas devem ser pensados para o atendimento do estudante com deficiência. Segundo Pereira e Pereira,

Fica clara a necessidade de um trabalho pautado no planejamento antecipado de atividades, avaliações e de aulas, pois favorece não apenas a prática pedagógica do professor do ensino comum, como também a participação e/ou envolvimento de outros professores, como o professor de Educação Especial, grande aliado no processo de ensino e aprendizagem em sala de aula comum. Contudo, é necessário que os profissionais atuem e troquem informações de modo a complementarem as práticas,

compartilhando estratégias sobre ensino e aprendizagem, tendo também muita clareza de seus papéis no processo formativo do estudante (Pereira e Pereira, 2023, p. 291).

Os dados referentes à conduta ética nas pesquisas com pessoas com deficiência no Ensino Superior evidenciaram desafios relevantes enfrentados pelos docentes pesquisadores, especialmente no que se refere às fragilidades metodológicas, institucionais e éticas.

Os resultados indicam que, embora a maioria das fragilidades mencionadas esteja relacionada à construção de uma pesquisa científica, incluindo o levantamento de literatura e a definição da amostra, também emergem elementos diretamente vinculados à ética em pesquisa. Entre eles, destaca-se a dificuldade no processo de consentimento livre e esclarecido. Isso reforça que o consentimento não deve ser compreendido como uma formalidade, mas um documento que garanta a autonomia e o direito à informação aos participantes, conforme discute Hossne (2003).

Os docentes reconhecem a importância de procedimentos como o consentimento livre e esclarecido, a garantia de anonimato e a proteção dos participantes. No entanto, observa-se que, em muitos casos, essa conduta está fortemente associada ao cumprimento de exigências legais.

Os dados referentes à conduta ética nas pesquisas evidenciaram que a maioria dos participantes reconhece a relevância das pesquisas no campo da Educação Especial e Inclusiva no Ensino Superior, especialmente por sua contribuição para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas e legislações educacionais.

Os resultados reforçam que pesquisas com estudantes com deficiência exigem, além do rigor metodológico, compromisso ético com a proteção, a dignidade, a autonomia e a justiça. Essa perspectiva demanda formação específica e condições institucionais que favoreçam práticas inclusivas, responsáveis e sensíveis às especificidades dos participantes no Ensino Superior.

Diretrizes de transparência, imparcialidade e respeito à diversidade

Para a análise dos aspectos relacionados aos critérios éticos adotados pelos docentes no desenvolvimento de suas pesquisas, foram examinadas quatro questões estruturadas no questionário em formato de múltipla escolha, com possibilidade de seleção de mais de uma resposta. A primeira questão apresentou aos participantes seis alternativas distintas, além de um campo aberto para respostas textuais, identificado como *Outros*, com o objetivo de identificar os critérios éticos considerados pelos docentes no desenvolvimento de suas pesquisas.

Os resultados indicam que o item mais mencionado pelos docentes foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinalado por 26 participantes. Esse dado corrobora que a obtenção do consentimento informado é reconhecida como um dos principais pilares éticos na condução de pesquisas.

Tal resultado concede robustez ao TCLE como instrumento fundamental para assegurar a autonomia e os direitos dos participantes. Nesse sentido, a Lei Nº 14.874/2024, em seu Art. 18, preconiza que “a participação em pesquisa é condicionada à autorização expressa do participante, ou de seu representante legal, mediante assinatura do TCLE”. Dessa forma, o consentimento informado caracteriza-se como uma garantia ética indispensável em pesquisas que envolvem públicos vulneráveis como estudantes com deficiência.

Em seguida, duas alternativas independentes compartilharam a segunda opção mais assinalada, registrada por 23 participantes, que são os cuidados com a confidencialidade dos dados e o rigor metodológico. A ênfase na confidencialidade demonstra a preocupação dos docentes em preservar a privacidade dos participantes, evitando que as informações sejam indevidamente expostas ou estigmatizadas. Já o rigor metodológico, entendido como a condução sistemática e criteriosa da pesquisa, também se apresenta como um elemento relevante, indicando que a ética não se restringe ao cumprimento de procedimentos formais, mas está intrinsecamente

relacionada à qualidade e à integridade científica (Vasconcelos; Menezes; Ribeiro; Heitman, 2021).

A terceira resposta mais citada, mencionada por 20 professores, é a percepção de que os benefícios da pesquisa superam os riscos. Esse resultado alinha-se ao princípio da beneficência, o qual orienta a maximização dos benefícios e a minimização de possíveis danos aos participantes (Brasil, 2012). No contexto de pesquisas envolvendo estudantes com deficiência, essa percepção assume relevância ampliada, uma vez que exige do pesquisador uma avaliação criteriosa dos impactos da investigação, considerando não apenas os potenciais avanços para a área da inclusão educacional, mas também as condições de vulnerabilidade dos sujeitos envolvidos.

O quarto critério mais relevante, apontado por 18 professores, é a forma de seleção dos participantes. Os dados demonstram a percepção do grupo de que o delineamento dos critérios de inclusão deve ser rigoroso, salvaguardando os indivíduos de vulnerabilidades ou exposições desnecessárias. No contexto da inclusão educacional, esse aspecto assume relevância particular, uma vez que estudantes com deficiência devem ser considerados sujeitos de direitos, com suas especificidades respeitadas ao longo do processo investigativo. Assim, a atenção à seleção dos participantes articula-se aos princípios de justiça e equidade, ao assegurar que a participação ocorra de maneira ética, voluntária e não discriminatória (Brasil, 2016).

A quinta opção mais recorrente, alternativa assinalada por 17 pesquisadores, versou sobre a necessidade de cautela na proteção e no bem-estar de participantes vulneráveis. Esse dado reforça que as pesquisas no campo da educação inclusiva demandam uma abordagem ética sensível às condições específicas dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, a efetividade dos princípios éticos está diretamente relacionada à capacidade dos pesquisadores de adaptar procedimentos metodológicos, assegurando acessibilidade, respeito às singularidades e condições adequadas de participação ao longo de todas as etapas do estudo.

Por fim, o item *Outros* foi indicado por 5 participantes. Destaca-se a contribuição do participante P24, que enfatiza a importância do retorno e do acolhimento aos familiares e estudantes na participação na pesquisa, bem

como a valorização das diferentes formas de interação dos sujeitos, considerando aspectos de acessibilidade e diversidade comportamental.

Teve um retorno e acolhimento dos pais e estudantes se desejavam viver as atividades da pesquisa para ajudar a entender melhor como é trabalhar matemática com as diferentes formas de ação do sujeito seja por acessibilidade (cego, surdo, cadeirante...) ou por comportamento (TDH, Autista...) ou mistos (P24, 2025).

Dessa forma, a compreensão ampliada da ética encontra fundamento na perspectiva dialógica de Freire (1996), para quem a escuta e o respeito à autonomia constituem dimensões essenciais da relação educativa. Nesse sentido, a valorização da participação ativa dos sujeitos e de seus familiares, bem como a adaptação das práticas investigativas às diferentes necessidades, contribuem para a promoção de uma pesquisa mais inclusiva, equitativa e sensível às singularidades dos participantes.

O segundo questionamento investigou os critérios de interrupção da pesquisa, considerando tanto a iniciativa por parte do pesquisador quanto por retirada do participante.

25 professores afirmaram que não houve nenhuma interrupção nas suas pesquisas. Com isso, observa-se que houve um planejamento adequado e uma condução metodológica consistente, favorecendo a continuidade da pesquisa. Isso pode indicar que os pesquisadores demonstraram atenção aos métodos empregados na pesquisa científica.

Entretanto, uma parcela menor dos participantes, composta por 4 professores, relataram a necessidade de interrupção da pesquisa, atribuída às demandas específicas dos participantes com necessidades especiais. Esse resultado aponta que, embora o planejamento metodológico tenha sido adequado para a maioria dos casos, determinadas situações exigem adaptações e flexibilidade durante o processo investigativo, principalmente quando se trata de contextos inclusivos.

As contribuições a seguir exemplificam como esses professores perceberam e vivenciaram tais interrupções durante a condução da pesquisa:

Como se tratava de uma temática muito sensível a essa pessoa, foi necessário entender e respeitar os momentos em que ela precisava parar e recomeçar em outro momento (P18, 2025).

[...]

Às vezes atestados médicos dos estudantes participantes, e outras vezes por falta de intérpretes ou monitores (P24, 2025).

[...]

O participante faltou mais de 10% (P13, 2025).

[...]

Muitos participantes desistiam e não justificavam (P20, 2025).

As interrupções mencionadas não devem ser compreendidas como fragilidades do planejamento, mas expressões da complexidade que caracteriza a pesquisa empírica em contextos marcados pela diversidade de modos de participação e expressão de estudantes com deficiência.

No depoimento da participante P18, a temática investigada mobilizou dimensões sensíveis de sua experiência, exigindo do pesquisador uma postura ética pautada na compreensão e no respeito aos momentos em que ela necessitava interromper a atividade. Essa abordagem dialógica aproxima-se da concepção de Paulo Freire, para quem a escuta é fundamental para reconhecer o outro como sujeito, considerando suas palavras, tempos e diferentes formas de expressão. Em pesquisas com estudantes com deficiência, esse princípio é especialmente relevante, pois a participação não pode ser reduzida à presença física ou à assinatura do termo de consentimento, mas requer condições para que diferentes formas de comunicação sejam efetivamente reconhecidas (Freire, 1996).

Além disso, outro participante, P24, apresentou obstáculos estruturais e organizacionais que interferiram diretamente no andamento da investigação, como questões relacionadas à saúde e à ausência de recursos de acessibilidade. Esses fatores mostram que a realização da pesquisa ocorre em condições concretas, nas quais circunstâncias materiais e institucionais podem interferir nas possibilidades de participação dos envolvidos. No contexto universitário, Martins (2025) ressalta a importância de identificar as necessidades específicas dos estudantes e as demandas por serviços,

recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas necessários à realização de suas atividades acadêmicas.

Do mesmo modo, surgiram dificuldades relacionadas à adesão e permanência dos participantes, descritas pelos professores P13 e P20. A pesquisa em contextos educacionais está sujeita a variáveis imprevisíveis, próprias da dinâmica social e institucional em que se insere. Para isso, estratégias metodológicas inclusivas, flexíveis e sensíveis às particularidades dos participantes, devem ser planejadas de modo a minimizar barreiras para os participantes e a favorecer a sua permanência ao longo da pesquisa.

A terceira questão abordou a divulgação dos resultados da pesquisa, identificando as diferentes estratégias adotadas pelos docentes para compartilhar os achados com os participantes. Por se tratar de um item de resposta múltipla, foi permitido aos respondentes selecionar uma ou mais alternativas.

A resposta predominante sobre a divulgação dos resultados, indicada por 13 professores, foi por meio de publicação em periódicos científicos. Isso demonstra que muitos pesquisadores compreendem que a disseminação acadêmica é uma forma importante de divulgar os dados produzidos em pesquisas no Ensino Superior. A divulgação restrita ao meio acadêmico pode limitar o princípio da responsabilidade social da pesquisa, que pressupõe o compartilhamento dos benefícios do conhecimento produzido com aqueles que contribuíram diretamente para sua construção (Unesco, 2006).

10 professores responderam que divulgaram os resultados direta e individualmente aos participantes. Esse modo de dar o retorno a quem colaborou com a pesquisa indica uma preocupação relevante e um compromisso ético, pois reconhece o participante como sujeito ativo no processo de produção científica e não apenas como fonte de dados. Além disso, o retorno individual fortalece vínculos de confiança entre pesquisador e comunidade, promovendo maior transparência e legitimidade científica (Brasil, 2012).

Houve ainda divulgação em grupo, por meio de reuniões ou oficinas, indicada por 8 pesquisadores. Essa alternativa possui grande potencial formativo e social, pois favorece a construção coletiva de sentidos sobre os resultados do estudo, permitindo diálogos e esclarecimentos conforme o contexto pesquisado.

Por outro lado, chama atenção que 7 docentes afirmaram que ainda não apresentaram os resultados da pesquisa. Esse dado suscita reflexões importantes quanto à ética em pesquisa, envolvendo seres humanos, no que se refere a responsabilidade do pesquisador com os sujeitos participantes.

Para finalizar, o eixo das diretrizes de transparência, imparcialidade e respeito à diversidade, foi realizada através da quarta pergunta sobre o interesse de cada docente em continuar realizando pesquisas na área de educação inclusiva. Os resultados demonstraram respostas concentradas nas opções de *Muito interesse* e *Máximo interesse*, que juntas, representam 23 professores do total de 31 participantes. Esse dado permite aferir que, além da obrigatoriedade legal, existe um reconhecimento docente sobre a premência de investigar e fundamentar as práticas voltadas à Educação Especial Inclusiva na universidade.

Por outro lado, apenas 3 professores apontaram pouco ou nenhum interesse em continuar a realizar esse tipo de pesquisa. Embora se trate de um pequeno grupo, a justificativa pode estar no fato de parte dos participantes não atuar diretamente na área, nem se reconhecer como vinculado à proposta em questão.

Além disso, um grupo de 5 professores que ainda se encontra em processo de entendimento sobre a temática manifestou interesse moderado. Esse dado abre espaço para ações formativas voltadas ao reconhecimento da Educação Especial como direito universal, bem como para debates, estratégias de divulgação e articulações por parte dos professores do Ensino Superior.

Considerações finais

A ética na pesquisa se constrói nas decisões, relações e responsabilidades que atravessam o processo investigativo. Os participantes da pesquisa que responderam ao questionário reconheceram a importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, da confidencialidade e do rigor metodológico. Entretanto, foram identificadas dificuldades para traduzir esses princípios em práticas adequadas às situações concretas, especialmente quanto à seleção dos participantes, à acessibilidade dos procedimentos e à compreensão

do consentimento. Os achados evidenciam, assim, que os desafios éticos envolvem dimensões metodológicas, institucionais e relacionais.

O consentimento constitui um processo de natureza ética que pressupõe informação, compreensão e respeito à autonomia do participante (Hossne, 2003). A Resolução nº 466/2012 estabelece as dimensões da eticidade e do respeito à dignidade, à autonomia e à vulnerabilidade, além da ponderação entre os riscos e benefícios e a garantia de participação livre e esclarecida (Brasil, 2012). Nessa direção, a pesquisa evidenciou que a condução ética de estudos com estudantes com deficiência requer a articulação das normativas de condições concretas de participação em pesquisas, considerando acessibilidade, singularidades e relações estabelecidas ao longo da investigação.

A formação para a dimensão ética da pesquisa constitui outro aspecto relevante. As percepções dos docentes indicaram que essa formação é, em parte, construída de maneira não sistematizada ao longo da trajetória acadêmica em um contexto marcado por desafios institucionais que podem limitar a reflexão sobre dilemas da prática investigativa. A condução ética requer, portanto, processos formativos e condições institucionais que favoreçam a reflexão crítica e subsidiem decisões metodológicas coerentes com as especificidades dos participantes.

Essa compreensão converge com Gatti (2012), que relaciona a pesquisa educacional ao rigor, à clareza metodológica e à responsabilidade diante da realidade investigada, e com Martins e Romanowski (2023), que destacam a dimensão formativa e profissional do trabalho docente no Ensino Superior.

Os resultados permitem compreender a ética na pesquisa como uma prática construída ao longo da investigação e concretizada nas decisões relacionadas ao planejamento, à seleção dos participantes, à acessibilidade, à participação, ao consentimento e à proteção dos envolvidos. Nesse sentido, pesquisas com estudantes com deficiência demandam a articulação entre normativas éticas, formação dos pesquisadores e condições institucionais que favoreçam práticas acessíveis, inclusivas e responsáveis.

A ética, portanto, constitui uma dimensão permanente da formação e da prática docente e investigativa, contribuindo para que a produção do

conhecimento assegure não apenas a proteção dos estudantes com deficiência, mas também sua participação efetiva e digna nos processos de construção do conhecimento.

Referências

BARBOSA, Caio Almeida; VERAS, Renata Meira. Perspectivas históricas dos comitês de ética em pesquisa no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Bioética**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 101-110, 2020.

BRASIL. **Lei n. 14.874, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Presidência da República, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/resolucoes/lei-no-114-874.pdf/view> Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.686-de-20-de-outubro-de-2025-663689628>. Acesso em: 21 abr. 2026.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CAMPOS, Claudinei José Gomes; SAIDEL, Maria Giovana Borges. Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. **Revista**

Pesquisa Qualitativa, v. 10, n. 25, p. 404-424, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2022.v.10.n.25.545>. Acesso em: 20 abr. 2026.

COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. 2006. Disponível em: Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por. Acesso em: 20 abr. 2026.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5th ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/i/2001.n113/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

HOSSNE, William Saad. Poder e injustiça na pesquisa com seres humanos. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo (org.). **Bioética**: poder e injustiça. São Paulo: Edições Loyala, 2003.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver; ROMANOWSKI, Joana Paulin. O ensinar na educação superior: presencial, remoto e híbrido. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; CARNEIRO, Claudia Christina Bravo e Sá (org.). **Educação superior**: tramas e trilhas para o desenvolvimento profissional docente e institucional. Campinas: Papirus Editora, 2023.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Identificação de necessidades específicas: um olhar interseccional sobre o tema na universidade. **Revista Educação em Questão**, v. 63, n. 75, 2025. DOI 10.21680/1981-1802.2025v63n75ID40256.

MIGUEL, Ana Cristina Cravo; ROCHA, Luís Cláudio de Melo Brito; CANTO, Cleunisse Aparecida Rauen de Luca; TEIXEIRA, Júlio Monteiro; FIGUEIREDO, Luiz Fernando Gonçalves de. Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: uma revisão de escopo. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 37,

n; 11, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/issue/view/2816>. Acesso em: 13 fev. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 9, n. 22, 2021. Disponível em: https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/506?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 11 ago. 2026.

P13. **Relato**. Santa Maria (Rio Grande do Sul), 5 abr. 2025.

P18. **Relato**. Santa Maria (Rio Grande do Sul), 22 jul. 2025.

P20. **Relato**. Santa Maria (Rio Grande do Sul), 23 jul. 2025.

P24. **Relato**. Osório (Rio Grande do Sul), 23 out. 2025.

PEREIRA, Josefa Lídia Costa; PEREIRA, Sandra Regina Costa. Deficiência visual: saberes e práticas educacionais. In: PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (org.). **Intervenções pedagógicas no AEE**: potencializando o ensino, a aprendizagem e a inclusão. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2023.

PYRRHO, Monique; BARCELLOS, Danilo César Bezerra; CAMBRAIA, Luísa. Flexibilização dos padrões éticos em pesquisa no Brasil: uma análise da Lei nº 14.874/2024. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 11, 2025. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=%2Fmedia%2Fassets%2Fcsc%2Fv30n11%2F1413-8123-csc-30-11-e06352024.pdf&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 abr. 2026.

VASCONCELOS, Sônia Maria Ramos de; MENEZES, Patrick; RIBEIRO, Mariana Dias; HEITMAN, Elizabeth. Rigor científico e ciência aberta: desafios éticos e metodológicos na pesquisa qualitativa. **SciELO em Perspectiva**, 2021. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2021/02/05/rigor-cientifico-e-ciencia-aberta-desafios-eticos-e-metodologicos-na-pesquisa-qualitativa/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 20 abr. 2026.

Ms.^a Lisiane Dias Alves

Universidade Franciscana (Santa Maria – Brasil)

Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-1252-1048>

E-mail: lisi.dias.alves@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Universidade Federal de Santa Maria (Brasil)

Programa de Pós-Graduação em Educação

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5365-0280>

E-mail: silvia.pavao@ufsm.br

Aceito em 4 ago. 2026

Recebido em 16 jun. 2026



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-ShareAlike 4.0 International license.